

LINGUAGEM, ENUNCIÇÃO E GÊNERO DISCURSIVO: APROXIMAÇÕES ENTRE BAKHTIN E LEONTIEV E O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA

LANGUAGE, ENUNCIATION AND DISCURSIVE GENRE: COMMON CONCEPTS AMONG BAKHTIN AND LEONTIEV AND PORTUGUESE LANGUAGE TEACHING

LENGUAJE, ENUNCIACIÓN Y GÉNEROS DISCURSIVOS: APROXIMACIONES ENTRE BAKHTIN Y LEONTIEV Y LA ENSEÑANZA DEL PORTUGUÉS

Karyn Meyer

Pedagoga no IFSP campus Barretos, Docente na UNIFEBMestre em Educação Escolar - UNESP Araraquara, karyn@ifsp.edu.br

Francisco José Carvalho Mazzeu

Doutor – UFSCAR, Professor Adjunto Doutor - UNESP – Araraquara, mazzeu@fclar.unesp.br

RESUMO

O presente trabalho procura discutir a questão dos gêneros discursivos no ensino de Língua Portuguesa dentro da perspectiva da Pedagogia Histórico-Crítica. Para isso foi realizada uma pesquisa de caráter teórico e bibliográfico, buscando estabelecer aproximações entre Bakhtin e Leontiev no que tange a concepção de linguagem e, partindo das proposições de Bakhtin acerca de gêneros discursivos. Com base nesses pressupostos levantados procura-se assinalar as contribuições do conceito de gênero para o ensino de Língua Portuguesa dentro da perspectiva teórica assinalada. Com isso se procura contribuir para superar abordagens ainda presentes na escola que reduzem o conceito de gênero ao tipo de texto e consideram que a principal função do ensino é colocar o aluno em contato com uma diversidade de gêneros para que perceba suas características formais e possa, com isso, transitar entre eles. Os resultados da pesquisa apontam para a necessidade de compreender o gênero como uma unidade entre a forma, o tema e a situação concreta de enunciação e considera que a sala de aula estabelece um contexto enunciativo novo, que altera por completo a estrutura de todos os gêneros que se inserem nesse contexto.

Palavras-chave: Gêneros discursivos. Ensino de Língua Portuguesa. Leitura e produção de textos.

ABSTRACT

The following paper focus on the discursive genre issues within Portuguese Language teaching under the Critical Historical Pedagogy perspective. Thus, the author did a theoretical and bibliographical review in order to establish common concepts between Bakhtin and Leontiev concerning the concept of language as well as Bakhtin's proposals regarding discursive genres. Based on such presuppositions, the study emphasizes the contributions of the genre concept for Portuguese Language teaching under the mentioned theoretical perspective. Then, it tries to contribute for the overcoming of current approaches still present in schools, which narrows the genre concept to the type of text and consider the main role of teaching as to put students in touch with a variety of genres in order to recognize their formal characteristics and be able to use them. The results show there is the need to understand the genre as a unit among form, theme and the real enunciation situation. It considers that the classroom establishes a new enunciation context, which completely alters all genres structure within it.

Key words: Genres of speech. Portuguese language teaching. Reading and text production.

RESUMEN

Este trabajo busca discutir la cuestión de los géneros discursivos en la enseñanza del Portugués desde la perspectiva de la Pedagogía Histórica y Crítica. Para eso una investigación teórica y bibliográfica fue realizada, con el fin de establecer similitudes entre Bakhtin y Leontiev con respecto a la concepción de lenguaje y, a partir de las proposiciones de Bakhtin sobre los géneros discursivos. Partiendo de estas premisas planteadas, la intención es señalar las contribuciones del concepto de género a la enseñanza del Portugués desde la perspectiva teórica indicada. De este modo se busca contribuir a superar los enfoques todavía presentes en la escuela que reducen el concepto de género para el tipo de texto y consideran que la función principal de la enseñanza es poner al estudiante en contacto con una diversidad de géneros para darse cuenta de sus características formales y para que pueda, por lo tanto, moverse entre ellos. Los resultados de la investigación apuntan a la necesidad de comprender el género como una unidad entre la forma, el tema y la situación concreta de la enunciación y considera que el aula establece un nuevo contexto de enunciación, que cambia por completo la estructura de todos los géneros que se incluyen dentro de ese contexto.

Palabras clave: Géneros. Enseñanza del Portugués. Lectura y producción de textos.

Apresentação do problema

Desde a publicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1997), a discussão acerca dos gêneros textuais no ensino de Língua Portuguesa vem crescendo e se disseminando tanto no campo da Linguística Aplicada quanto da Educação, inclusive no âmbito da alfabetização (com as teorias baseadas no conceito de letramento). Tornou-se quase consensual a ideia de que o ensino da Língua Portuguesa não apenas deveria se organizar em torno da leitura e produção de textos de diferentes gêneros, mas de que o próprio conceito de gênero deveria ser objeto de ensino de modo que aluno aprenda a caracterizar e diferenciar esses gêneros. Dentre os autores que têm sido utilizados para fundamentar esse debate, destacam-se aqueles que procuraram se apoiar em uma concepção materialista dialética (marxista). No caso específico da Pedagogia, uma corrente teórica que também busca desenvolver uma reflexão inspirada no marxismo é a Pedagogia Histórico-Crítica. Sendo assim, coloca-se uma questão problemática que o presente texto procura elucidar: o conceito de gênero do discurso ou gênero textual deveria fazer parte de uma abordagem Histórico-Crítica do ensino da Língua Portuguesa? De que forma deveria ser tratado? Quais os fundamentos teóricos que deveriam embasar o desenvolvimento da abordagem desse tema?

O objetivo deste trabalho é contribuir para o debate sobre essas questões, explicitando alguns dos fundamentos teóricos que sustentam esse conceito e apontando suas implicações para o ensino. A reflexão aqui apresentada é resultado da pesquisa que gerou a dissertação de mestrado “Os gêneros textuais na alfabetização: uma análise da proposta apresentada no material “Ler e Escrever” da Secretaria Estadual de Educação do estado de São Paulo” defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP, (2016).

Metodologia

A pesquisa foi desenvolvida em duas etapas: a primeira, de caráter teórico e bibliográfico consistiu em levantar e sistematizar referências sobre o conceito de gênero discursivo em Bakhtin e relacionar com a concepção de linguagem de autores da Psicologia

Histórico-Cultural como Leontiev. A segunda etapa, centrada na análise documental teve como objeto a análise do material do Programa Ler e Escrever, apontando o uso restrito do conceito de gênero nesse material. O presente artigo apresenta os principais resultados da primeira etapa da pesquisa.

Resultados e discussão

Falar sobre os gêneros numa perspectiva materialista histórico-dialética implica uma compreensão da linguagem enquanto produção humana que se desenvolve a partir das condições objetivas de existência do homem. Isso significa reconhecer a linguagem como um instrumento cultural que surge e se desenvolve como resultado da atividade vital do ser humano, o trabalho. Afirma Leontiev (1978, p. 87) que¹

A produção da linguagem, como da consciência e do pensamento, está directamente misturada na origem, à actividade produtiva, à comunicação material dos homens. O elo directo que existe entre a palavra e a linguagem, de um lado, e a actividade de trabalho dos homens, do outro, é a condição primordial sob a influência da qual eles se desenvolveram enquanto portadores do reflexo consciente e 'objectivado' da realidade.

Assim, é por meio da atividade de trabalho, atividade coletiva, que surgem no desenvolvimento humano tanto a consciência como a linguagem, as quais por sua vez possibilitam novos tipos de atividade. As formas de organização social, os modos de produção, modificam a estrutura da consciência assim como a consciência orienta a ação humana e sua transformação. Linguagem e consciência estão, portanto, em relação recíproca com as condições materiais de existência do ser humano. Nessa abordagem, a linguagem não é algo natural, inato, existente desde sempre no homem e desta forma algo imutável, tampouco é uma criação arbitrária, desvinculada da realidade natural e social. A linguagem,

1 Optou-se por manter nas citações a grafia original dos textos sem indicar cada palavra escrita que está em desacordo com as normas ortográficas vigentes, a fim de tornar a leitura mais fácil. Esse procedimento foi adotado tanto em relação à grafia de Portugal, quanto às publicações anteriores à última Reforma Ortográfica.

como todo produto do desenvolvimento histórico-social da humanidade, está atrelada às condições sócio-históricas de sua produção. Ao mesmo tempo em que é determinada histórica e socialmente, a linguagem possui uma autonomia relativa e reage influenciando as relações humanas. Pela sua importância vital na atividade humana, especialmente no trabalho, a aquisição da linguagem constitui um dos primeiros processos de formação, em cada indivíduo, das capacidades culturalmente elaboradas.

Na concepção dialética, as características especificamente humanas são produzidas histórica e socialmente e, portanto, precisam ser assimiladas pelas novas gerações, cabendo a cada indivíduo humano apropriar-se das objetivações criadas pelas gerações anteriores. Somente por meio desta apropriação ele se torna plenamente humano. Entretanto, isso não ocorre de forma natural e espontânea, não basta estar imerso no mundo da cultura, em contato com as objetivações materiais e intelectuais para delas se apropriar. É preciso que haja a mediação de outros homens no processo de apropriação. É por meio de uma atividade dirigida direta ou indiretamente por outros, no seio das relações sociais que se estabelecem objetivamente, que o indivíduo se apropria das produções histórico-sociais das gerações precedentes. O pertencer à espécie, a herança genética, diferentemente do que ocorre nos animais, não garante a existência individual.

Como o ser humano produz seus meios de existência pela mediação das relações sociais e dos instrumentos de trabalho historicamente produzidos, sua relação com a natureza não se dá de forma direta. Assim, dado que a relação não é imediata, para se reproduzir enquanto indivíduo e produzir o que a humanidade necessita é preciso que cada um torne seu, por meio da apropriação, aquilo que existe enquanto objetivação da humanidade como um todo. Aquilo de que cada um se apropria, torna-se parte de sua individualidade. As limitações postas a esta apropriação pelas relações sociais nas quais está inserido o homem determinam o desenvolvimento mais restrito ou mais amplo da personalidade de cada um.

Enquanto no mundo animal cada indivíduo representa as capacidades médias da espécie, no homem isso não ocorre. O nível de desenvolvimento humano em dado momento histórico representa uma possibilidade. A questão para o homem é que cada um se aproprie ou não, transforme em suas as potencialidades desenvolvidas pela humanidade. Nesse sentido, Bakhtin (2014, p. 11) defende que:

[...] efetivamente, não existe o indivíduo biológico abstrato, aquele indivíduo biológico que se tornou o alfa e o ômega da ideologia atual. Não existe o homem fora da sociedade, conseqüentemente, fora das condições socioeconômicas objetivas. (...) *O indivíduo humano só se torna historicamente real e culturalmente produtivo como parte do todo social, na classe e através da classe.* Para entrar na história é pouco nascer fisicamente: assim nasce o animal, mas ele não entra na história. É necessário algo como um segundo nascimento, um nascimento social. O homem não nasce como um organismo biológico abstrato, mas como fazendeiro ou camponês, burguês ou proletário: isto é o principal. Ele nasce russo ou francês e, por último, nasce em 1800 ou 1900. Só essa *localização social e histórica* do homem o torna real e lhe determina o conteúdo da criação da vida e da cultura. (grifos no original)

O papel desempenhado pelas relações sociais no desenvolvimento humano aparece claramente em Bakhtin e em Leontiev. Este papel não é desempenhado apenas no âmbito do desenvolvimento filogenético, no momento da passagem da condição de antropeide para a de *homo sapiens*. Na ontogênese, ou seja, na história de cada indivíduo a atividade de trabalho em que irá se inserir, assim como as condições materiais de existência e as relações sociais nas quais nasce e cresce são também determinantes no desenvolvimento do psiquismo e da linguagem. A qualidade das apropriações que o sujeito realiza será determinante no desenvolvimento de suas funções psíquicas, dentre elas a linguagem e o pensamento. Esta apropriação é, por sua vez, fortemente determinada pelas relações sociais nas quais está inserido o indivíduo. Na sociedade de classes, indivíduos da classe trabalhadora geralmente são privados do acesso aos saberes mais elaborados, produzidos histórica e socialmente pelo ser humano.

Para explicar como a experiência humana historicamente acumulada se encontra condensada nos objetos, instrumentos e signos, Leontiev apresenta o conceito de significação enquanto generalização da realidade cristalizada na linguagem, pertencendo aos fenômenos históricos. Entretanto, aponta para o fato da significação existir também como fato individual, subjetivo. A significação no âmbito individual, subjetivo, consiste, dessa maneira, no resultado da apropriação, por parte do sujeito, da experiência sócio-histórica acumulada. Assim, a significação possibilita uma ação mediada do homem com o mundo

objetivo, superando os limites dos motivos e necessidades biológicas.

É por meio da linguagem que o homem significa a realidade e consegue dirigir sua atividade de acordo com as necessidades humanas. A significação é a presença, na consciência do indivíduo, do reflexo generalizado da realidade, que é dado ao homem por meio de um sistema de significações já existente, elaborado histórica e socialmente. Disso implica que a significação não é dada ao homem de forma natural, como algo inato.

A sua consciência individual só pode existir nas condições de uma consciência social; é apropriando-se da realidade que o homem a reflecte como através do prisma das significações, dos conhecimentos e das representações elaboradas socialmente. (LEONTIEV, 1978, p. 130)

A apropriação da linguagem se dá no seio das relações sociais nas quais o indivíduo está inserido. Não há neutralidade na linguagem, ela reflete tais relações por meio das significações nela materializadas. Assim, a linguagem e sua forma concreta, a enunciação, não podem ser atribuídas ao sujeito como fato individual. Mesmo em suas manifestações mais cotidianas, nas enunciações mais particulares, há a presença e determinação do elemento social.

Para Bakhtin, a manifestação concreta da linguagem que se realiza por meio de enunciados concretos, se materializa em tipos relativamente estáveis de enunciação, determinados pelo campo de atuação em que estão inseridos bem como pelas relações sociais mais imediatas e mais amplas nas quais se situam o locutor e o interlocutor.

Podemos afirmar que os gêneros são produzidos em determinados contextos históricos e sociais e estão diretamente ligados a determinadas **situações de enunciação**, ou seja, embora sejam tipos relativamente estáveis de enunciados, são criados e modificados a partir da atividade humana organizada em diversos campos de atividades. A variedade dos gêneros é ilimitada, pois são incontáveis os campos de atividade humana e inúmeras as possibilidades de objetivação da linguagem em cada campo. Isso não quer dizer, entretanto, que não exista regularidade nos enunciados produzidos em determinado campo. Quer dizer apenas que a regularidade existente é histórica e vinculada à prática social humana e ao contexto específico de cada enunciação.

A forma, se considerada independentemente dos outros aspectos que constituem a unidade do gênero, não o define e esse tem sido um dos grandes equívocos no tratamento dessa questão. Embora possamos reconhecer que determinada forma pode estar associada a um determinado gênero, é muito comum que mudanças, por vezes sutis, na situação de enunciação determinem o uso de uma mesma forma no contexto de gêneros discursivos totalmente diferentes. Há, ainda, situações frequentes em que um gênero se insere em outro.

Sendo assim, Bakhtin apresenta uma distinção entre os gêneros primários e os secundários, estabelecendo que os gêneros secundários são mais complexos e são formados por diferentes gêneros primários transformados (como cartas, bilhetes, diários, etc.). Para o autor (BAKHTIN, 2011, p. 305), os gêneros literários são, geralmente, constituídos por gêneros secundários. Assim, a presença de gêneros como cartas ou bilhetes dentro de um gênero literário como o romance representa uma transformação do gênero original, visto que a situação de enunciação é diferente, o que altera por completo a forma como vai se dar sua leitura e o significado que vai ser atribuído ao seu conteúdo.

Os gêneros do discurso organizam a comunicação humana sem que necessariamente as pessoas se deem conta disso, como ocorre com outras estruturas da língua. O homem se comunica exclusivamente por meio de tais gêneros, interiorizando suas formas relativamente estáveis de organização, sem pensar teoricamente sobre elas. Na prática, sabemos as situações em que ocorrem determinados gêneros e os reconhecemos criando expectativas sobre sua organização e duração. Entretanto, em se tratando da questão dos gêneros no ensino, há que se pensar sobre a necessidade de conscientização dos mecanismos de criação e identificação dos mesmos, uma vez que, como afirma o próprio Bakhtin, (2011, p. 285):

[...] quanto melhor dominamos os gêneros tanto mais livremente os empregamos, tanto mais plena e nitidamente descobrimos neles a nossa individualidade (onde isso é possível e necessário), refletimos de modo mais flexível e sutil a situação singular da comunicação; em suma, realizamos de modo mais acabado o nosso livre projeto de discurso.

O melhor domínio do gênero implica uma maior conscientização do mesmo, pois os processos voluntários permitem uma ação mais consciente sobre a linguagem. A sistematização dos conhecimentos intuitivos sobre os gêneros, partindo do conhecimento sincrético dos mesmos, por meio da análise e visando a síntese, irão permitir uma mudança qualitativa na relação que se estabelece com os mesmos. Ou seja, para dominar este conhecimento, é preciso, como afirma Saviani (2009), partir da prática social e a ela retornar. Neste sentido, torna-se necessário estabelecer quais critérios são fundamentais na análise dos gêneros, tendo como objetivo partir da síncrese e chegar à síntese.

A enunciação, para Bakhtin (2009), mesmo na ausência de um interlocutor real, é produto da interação entre indivíduos socialmente organizados. A palavra é sempre orientada a um interlocutor, constituindo-se no produto da interação entre locutor e ouvinte socialmente situados. Afirma Bakhtin (2009, p. 117) que:

[...] através da palavra, defino-me em relação ao outro, isto é, em última análise, em relação à coletividade. A palavra é uma espécie de ponte lançada entre mim e os outros. Se ela se apóia sobre mim numa extremidade, na outra apóia-se sobre o meu interlocutor. A palavra é o território comum do locutor e do interlocutor.

O “outro”, entretanto, não pode ser definido apenas no contexto de uma relação hipotética de dois sujeitos abstratos que interagem de modo intersubjetivo, dado que ambos, locutor e interlocutor, inserem-se em dadas práticas sociais, em relações sociais historicamente determinadas, as quais marcam objetivamente as suas enunciações e, por conseguinte, os gêneros que utilizam e a forma como se servem deles. A enunciação é sempre socialmente dirigida, sendo determinada pelas situações concretas em que ocorre, de sorte que, embora haja certa estabilidade nas formas que o discurso possa assumir, não é esta forma que define a verdadeira substância do gênero, e sim a interação verbal que se concretiza em enunciações concretas. De acordo com Bakhtin (2014, p. 79),

[...] nenhuma enunciação verbalizada pode ser atribuída exclusivamente a quem a enunciou. Ela é o *produto da interação entre falantes* e, em termos mais amplos, produto de toda uma situação social em que ela surgiu.

Quando se toma uma dada enunciação para o estudo de um determinado gênero é fundamental que se explicitem as determinações sociais presentes no mesmo. O processo de conscientização, de conhecimento do gênero deve conduzir à compreensão de que os elementos que o compõem, as escolhas do locutor, desde o nível do léxico, ao sintático e ao estilístico, têm seus fundamentos na situação concreta de enunciação, no direcionamento que os sujeitos dão ao seu discurso a partir dos motivos concretos que orientam sua atividade. Se não se leva em consideração este direcionamento, dado pela relação objetiva de um falante ou autor com os “outros” aos quais se dirige, não é possível compreender de fato um gênero discursivo ou textual.

Na verdade, qualquer que seja a enunciação considerada, mesmo que não se trate de uma informação factual (a comunicação, no sentido estrito), mas da expressão verbal de uma necessidade qualquer, por exemplo a fome, é certo que ela, na sua totalidade, é socialmente dirigida. (BAKHTIN, 2009, p. 117-118)

A comunicação verbal não é apenas determinada pelo seu contexto mais imediato de enunciação, mas, como assinala o autor “As condições da comunicação verbal, suas formas e seus métodos de diferenciação são determinados pelas condições sociais e econômicas da época.” (Bakhtin, 2009, p. 160)

A língua, para o locutor, é o material do qual ele se utiliza para satisfazer suas necessidades concretas de enunciação. Ele utiliza as formas normativas, mas, para ele, o cerne da questão não é a conformidade à norma e sim o significado que a forma assume no contexto. Assim, não é o aspecto da forma que importa para ele, dado que este permanece idêntico, mas, o que de fato é relevante, é o que faz com que dada forma se adeque a determinada situação concreta. Sendo assim, o aspecto mais relevante para o sujeito que aprende a língua não é saber a diferença formal entre uma notícia de jornal e uma receita culinária, por exemplo, mas indagam se a notícia é verdadeira ou falsa, quais os motivos que geraram sua forma e questionar até mesmo se é justo que algumas pessoas possam ficar lendo notícias enquanto outras cozinham para elas. Como se pode perceber, tais questionamentos em geral não são colocados quando se discute a questão dos gêneros no

ensino da Língua Portuguesa, uma vez que as situações concretas de enunciação não são consideradas como parte essencial do conceito de gênero.

Também não se pode considerar cada gênero isoladamente, sem perceber suas relações no contexto de uma enunciação concreta e completa. O falante ou autor expressa sua vontade discursiva na escolha de determinado gênero do discurso, escolha esta determinada pela situação concreta de enunciação, bem como pela especificidade do campo de comunicação e por considerações acerca do tema. As escolhas feitas pelo sujeito, em termos de palavras e orações, levam sempre em consideração o enunciado completo. Ou seja, o enunciado como um todo, que se expressa na forma de gêneros, determina as escolhas do locutor.

O enunciado estabelece sempre relações com outros enunciados, constituindo-se como elo da comunicação discursiva que se relaciona com o discurso do outro, refletindo-o e dialogando com ele. Afirma Bakhtin (2011, p. 268) que:

[...] os enunciados e seus tipos, isto é, os gêneros discursivos, são correias de transmissão entre a história da sociedade e a história da linguagem. Nenhum fenômeno novo (fonético, léxico, gramatical) pode integrar o sistema da língua sem ter percorrido um complexo e longo caminho de experimentação e elaboração de gêneros e estilos.

Sendo determinados pela situação social em que são usados e produzidos, os diferentes gêneros da oralidade ou da literatura assumem outra característica quando inseridos no contexto da sala de aula. O texto de determinado gênero, quando trazido para a sala de aula, não exerce a mesma função nem se insere nas mesmas relações existentes em outras instâncias da prática social. Desde os mais próximos ao cotidiano, como uma receita de bolo, até outros não tão próximos, como o texto literário, todos os gêneros discursivos assumem, na escola, outra função, inserem-se em outro tipo de situação de enunciação, em outras relações. Não se lê uma receita na sala de aula porque se quer fazer um bolo, nem se lê uma notícia de jornal porque se deseja obter informações.

Os diferentes gêneros, materializados em determinados textos, assumem no contexto específico da sala de aula, a condição de material didático, se inserindo em uma re-

lação pedagógica, que tem por objetivo o estudo da língua. Portanto, estão a serviço de uma ação intencional, dirigida pelo professor, para que o aluno se aproprie da linguagem escrita de modo a fazer uso adequado do gênero em questão. O texto, uma vez inserido na relação pedagógica, necessariamente será marcado pela situação de enunciação que se estabelece entre o professor e o aluno em um contexto de ensino. Tentar desconsiderar esse fenômeno e fazer das situações de leitura e produção de textos na escola uma simulação da prática social pode acabar levando a um esvaziamento da própria função da escola e da especificidade do trabalho educativo, que, de acordo com Saviani (2013, p.13), consiste em “ produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens. ”

Essa situação concreta de enunciação coloca o gênero trabalhado dentro de outro gênero que poderíamos nomear de “gênero pedagógico”. Assim, embora traga as marcas da enunciação na sua forma original (na forma em que ocorrem em outras instâncias da prática social), as relações nas quais a enunciação de fato se efetiva no ambiente escolar inexoravelmente o modificam. A intencionalidade, o direcionamento da atenção para determinados aspectos do texto, a conscientização das relações que o definem, de sua estrutura e forma, não são naturais na relação cotidiana com os gêneros. Esse tratamento peculiar é característico das enunciações que ocorrem no espaço escolar.

Assim, o gênero se configura, nas atividades em sala de aula, enquanto elementos dos conteúdos curriculares e essa característica não é de menor importância, pois assinala justamente a necessidade de um trabalho sistemático e intencional que possibilite a conscientização do gênero enquanto unidade composta pela forma de enunciação, forma de comunicação e o tema, situada histórica e socialmente.

Utilizam-se os mais diversos gêneros na comunicação e nas relações sociais que os indivíduos estabelecem entre si, entretanto, assim como no uso da linguagem oral, não há uma conscientização neste uso, não há, no uso cotidiano, uma relação consciente com o gênero discursivo (assim como não há com as estruturas gramaticais da língua materna).

Portanto, o que deve marcar a presença dos gêneros na escola é o trabalho direcionado e intencional que promova a apropriação da capacidade humana de compreender e produzir textos de diversos gêneros, em especial daqueles que o aluno não tem contato espontaneamente fora do espaço escolar, ou seja, dos gêneros secundários, que se

inserir na esfera das atividades não cotidianas dos indivíduos (artes, ciência, filosofia). Tal apropriação deve ser tornada possível não pelo mero contato com textos variados, visando à observação de sua forma e elementos comuns, mas pela tomada de consciência dos gêneros em suas manifestações concretas (enunciações) em sua unidade entre forma, tema e situação de enunciação, marcada pelas relações sociais nas quais a enunciação é produzida e pela presença do outro e do discurso do outro no enunciado.

A questão que se coloca em termos educacionais, refere-se à proposição, por parte das pedagogias negativas (DUARTE, 2010), de que o trabalho educativo com os gêneros textuais seja centrado na criação de um ambiente rico em termos de diversidade de gêneros, possibilitando à criança a inferência de seus aspectos fundamentais.

Embora apareça a preocupação com o trabalho sistemático com gêneros nestas pedagogias (destaca-se aqui o construtivismo como um exemplo dessa concepção), percebe-se que o conceito de gênero é limitado à forma do texto, desconsiderando a situação de enunciação e própria especificidade da situação escolar de produção de discursos e textos. Nessas abordagens, que se inspiram no construtivismo ou nos chamados “estudos de letramento” parte-se do pressuposto de que o texto na escola assume as mesmas funções e características que possui na prática social em que se insere originalmente e que, para que o aluno se aproprie dos diferentes gêneros, a escola deve fornecer um ambiente o mais próximo possível do cotidiano extraescolar. Desconsidera-se que na prática social, especialmente no cotidiano, o relacionamento do indivíduo com o gênero não é intencional, ou seja, em termos gerais, eles são utilizados de forma espontânea. Assim sendo, tratar os gêneros tal qual são tratados no cotidiano faz com que o ensino não seja voltado ao estabelecimento de uma relação intencional com os mesmos e dificulta a compreensão da verdadeira natureza histórica e social de cada gênero e da necessidade do estudo sistemático da língua portuguesa como forma de aperfeiçoamento da capacidade de se comunicar na sociedade.

A linguagem faz parte das esferas do cotidiano e do não cotidiano. Na escola, enquanto espaço privilegiado de transmissão dos saberes historicamente acumulados pela humanidade, é fundamental que o trabalho com a linguagem possa, partindo do cotidiano, atingir as manifestações mais elaboradas do discurso oral e escrito. Para isso, é fundamental que se compreenda, no trabalho com os diferentes gêneros, o papel que a unidade en-

tre forma, tema e situação de enunciação desempenha, tal como apresentado por Bakhtin. É preciso que esteja clara a diferença significativa entre a leitura e produção de um texto na escola e o uso do mesmo tipo de texto em outras instâncias da prática social. O texto na escola é um instrumento para que o professor ensine determinados conteúdos e, como tal, seu uso implica na tomada de consciência, explicitação e decomposição dos seus componentes pelos alunos, de modo a se apropriar das técnicas, formas de construção e de organização elaboradas socialmente. Dentro da concepção Histórico-Crítica é necessário assegurar a todos os alunos esse domínio das formas mais elaboradas da linguagem escrita, mas é também necessário ir além e levar os alunos a perceberem as relações sociais que estão implícitas em cada gênero discursivo, desvelando os motivos e intenções do autor.

Conclusões

Percebe-se, de acordo com as considerações apresentadas, que ter os gêneros enquanto parte do conteúdo curricular é algo fundamental. É preciso se ter claro, entretanto, que, para a Pedagogia Histórico-Crítica, o ensino dos diferentes gêneros textuais na escola precisa estar a serviço de um estudo sistemático da Língua Portuguesa, que instrumentalize o aluno para realizar atividades de leitura e escrita nas esferas não cotidianas da prática social. Isto modifica completamente o tratamento dado ao ensino dos gêneros na escola, de sorte que o mero contato com diferentes gêneros não é suficiente para que o aluno se aproprie dos mesmos, nem tampouco para que o indivíduo estabeleça uma relação não espontânea com a língua.

Espera-se, assim, ter sinalizado neste texto a pertinência da temática dos gêneros discursivos nas discussões acerca do ensino de Língua Portuguesa na perspectiva da pedagogia Histórico-Crítica, contribuindo, ainda que de forma preliminar, para o desenvolvimento de novos estudos nessa perspectiva teórica.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, M. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**: problemas fundamentais do método sociológico da linguagem. São Paulo: Hucitec, 2009.

_____. **Os gêneros do discurso**. IN: BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

_____. **O Freudismo**: um esboço crítico. São Paulo: Perspectiva, 2014.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: língua portuguesa. Brasília: Secretaria de Educação Fundamental, 1997.

DUARTE, N. **O debate contemporâneo das teorias pedagógicas**. IN: ____; MATINS, L. M. (ORG). **Formação de professores: limites contemporâneos e alternativas necessárias**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

LEONTIEV, A. **O desenvolvimento do psiquismo**. Lisboa: Livros Horizonte, 1978.

SAVIANI, D. **Educação: do senso comum à consciência filosófica**. 18ªed. Campinas-SP: Autores Associados, 2009.

SAVIANI, D. **Pedagogia Histórico-crítica**: primeiras aproximações. Campinas, SP: Autores Associados, 2013.